

A ECONOMIA DO AMAZONAS – NOSSOS ENIGMAS

Nilson Pimentel (*)

15/06/2018

Os processos cíclicos que o sistema econômico passa, tem muito haver com a economia de mercado, diferentemente de economia planificada, assim se pode ter na Historia Econômica da Amazônia um referencial recente para que os planejadores atuais não enveredem por caminhos que levaram ao fracasso no passado, os processos de desenvolvimento econômico regional.

Somente para lembrar que tudo que existem sobre a face da terra é finito, escasso e pode ser valorado como bem econômico, porém o único insumo que se tem ou se sente ou mais, se recebe na terra, a luz solar está fora desse sistema de escassez.

Assim, haja vista o insumo água, o estado do Amazonas possui a maior bacia hidrográfica do Brasil, mas pouco ou quase nada se detém de controle sobre ela, uma vez que as terras da Amazônia são caminhos de passagens, mas são repositórios de imensos mananciais de recursos naturais que proliferam nesse meio e, se não aproveitados na racionalidade econômica, por si mesmos não são capazes de gerar riquezas.

Entretanto, para os pesquisadores do Clube de Economia da Amazônia (CEA) que estudam os processos de desenvolvimento regional ressaltam que provem de esforços dos agentes econômicos envolvidos que provocam efeitos para frente, principalmente, e para trás, por isso eles não acreditam que a onda anômala que esteve em voga durante o período do governador cassado, não há que se tratar de nova matriz econômica, uma vez que ainda não se tem uma base científica tecnológica de insumo-produto da economia natural do Amazonas.

Também, entendem que a centralização política e administrativa do Governo Militar outorgou ao Amazonas o projeto econômico Zona Franca de Manaus (ZFM), sem que houvesse nenhum esforço ou participação social no processo decisório. Entretanto, concebido dentro de uma economia fechada, logo se tornou o “el dourado” para a economia estagnada amazonense, primeiramente com o segmento do comércio de produtos importados, eletroeletrônicos que até então não existiam no Brasil.

Na sequencia se fizeram aportar as ‘indústrias’ de montagens que se voltaram para o imenso mercado interno brasileiro, ‘insaciável’ até essa atualidade. Então, esse projeto enclave econômico nunca tem perfil exportador de bens finais manufaturados, se desenvolvendo em diversas fases, como acontecido em outros países, intensivo em fator trabalho, e semi-intensivo, as máquinas de inserções automáticas, as injetoras plásticas, e a semi intensidade de capital com processo de produção mais automatizados, sempre com ênfase na criação de empregos e, na imensa geração de receitas líquidas nunca vista em nenhum ciclo econômico anterior.

Tudo isso teve seu preço, em mais alto grau, como a explosão demográfica, aumento significativo da pobreza, crescimento desordenado da cidade de Manaus que até hoje perdura e, o que mais os economistas do CEA destacam o enlevo dessa paixão que transformaram os governantes em gerentes do negócio, embotando suas mentes para o fator primordial que seria o do desenvolvimento econômico regional, os transformando em sabotadores da própria economia e cultivando “inimigos” do projeto ZFM.

Gritam os economistas do CEA, eles nada fizeram na direção do desenvolvimento econômico regional, no período das vacas gordas! Nada foi produzido nesse sentido! Os arremedos que tiveram ou foram “experimentados” sempre foram falácias ou arremedos de programas e projetos econômicos para desenvolvimento regional, sem bases científicas nem tecnológicas, que fossem lastreadas em conhecimentos da Ciência da Economia.

Passados meio século, o projeto ZFM mingua a olhos vistos, não se consegue nem ao menos sustentar o arcabouço institucional legal que o amparou desde a criação até a Constituição ‘Cidadã’ de 1988. Não há inimigos

externos, mas a própria concepção tributária legal brasileira, o próprio perfil econômico do projeto atualmente, que não conseguiu seguir as mudanças globais havidas no sistema econômico e nos processos tecnológicos inovativos, a mente regional ainda embotada frente às ameaças e oportunidades econômicas que se deparam a falta de competência econômica das coligações políticas que ainda governam o Amazonas, o abandono do instrumento de Planejamento Estratégico Econômico pelo governo estadual e do Perfil Econômico de cada Município das nove sub-regiões do Amazonas, dentre outras deficiências administrativas estratégicas.

Por outro lado, há tempos que se perdeu o controle, a parceria e as ações conjuntas com a superintendência da Zona Franca de Manaus, provocadas por canibalismo político interno, fazendo com que o governo central tenha transformado a Instituição e em mero órgão burocrático sem nenhum poder decisório e, que não se conseguiu romper as barreiras que emperram a aprovação de mais de 2.000 novos processos produtivos básicos, fazendo com que algumas empresas já instaladas desistam de diversificar suas linhas de produção com novos produtos.

De certo modo, para o Amazonas o desenvolvimento endógeno haverá de ser a trilha do desenvolvimento econômico, não se pode esperar que se chegasse ao fim de mais um ciclo para se decidir priorizar o aproveitamento dos recursos naturais existentes no bioma amazonense, rompendo de vez o fator mais escasso em nossa economia que é a habilidade para tomar as decisões de quanto e como efetivar investimentos em segmentos prioritários setoriais, de forma que as atividades setoriais relacionem-se com outras de mesmo fluxo, provocando encadeamentos produtivos de efeitos em cadeia, criando maior grau de valor agregado, como se pode alcançar com o pescado, a fruticultura e os minerais.

(*) Economista, Engenheiro, Administrador, Mestre em Economia, Doutor em Economia, Pesquisador, Consultor Empresarial e Professor Universitário:
nilsonpimentel@uol.com.br.